

*B. J. Barickman*

# **Um contraponto baiano**

Açúcar, fumo, mandioca e escravidão  
no Recôncavo, 1780-1860

*Com acréscimos e adaptações para a edição brasileira*

*Revisão geral da tradução pelo autor*

  
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro  
2003

## Introdução

Monocultura, latifúndio e escravidão — com estes três elementos, Gilberto Freyre definiu na década de 1930 a sociedade que surgiu, floresceu e depois entrou em declínio nas regiões litorâneas do Nordeste brasileiro entre meados do século XVI e o final do século XIX.<sup>1</sup> Nas últimas sete décadas, vários esquemas teóricos e interpretativos entraram e saíram de moda, mas, até recentemente, o consenso entre os estudiosos permaneceu sólido: a monocultura, o latifúndio e a escravidão definiram e moldaram a sociedade e a economia do Brasil durante todo o período colonial e a maior parte do século XIX. Esse consenso produziu o que Maria Yedda Linhares chama, com muita acuidade, de uma “visão plantacionista” da história do Brasil.<sup>2</sup> Os historiadores dedicaram atenção quase exclusivamente à *plantation* — a grande propriedade que empregava a mão-de-obra escrava na monocultura de exportação — e, por extensão, à economia de exportação como um todo.<sup>3</sup> Na prática, isso significou muitas vezes descrever o Brasil como uma vasta *plantation* — como uma economia limitada ao cultivo extensivo e em grande escala de alguns gêneros tropicais e ao comércio destes e como uma sociedade composta de duas classes: os senhores que possuíam as *plantations*, e os escravos que nelas trabalhavam. Os grupos sociais e as atividades econômicas que não se encaixavam facilmente nesse quadro foram considerados “irrelevantes”, “periféricos”, “insignificantes” e, portanto, sem nenhuma importância para a compreensão da formação histórica do Brasil.

Apenas nos últimos anos a validade da “visão plantacionista” passou a ser questionada. Os historiadores que lançaram seu olhar além dos limites da *plantation* demonstraram que a agricultura de exportação não dominava todo o Brasil rural e que as maiores cidades brasileiras possuíam vigorosa vida social e econômica. Extensas redes de comércio abasteciam

essas cidades de provisões essenciais, tecidos e outras manufaturas, tudo produzido no Brasil.<sup>4</sup> No entanto, apesar de suas valiosas contribuições, as pesquisas recentes sobre a economia interna só contestam a "visão plantacionista" de maneira indireta. Grande parte dos novos estudos focaliza centros urbanos ou regiões em que a agricultura de exportação não chegou a criar raízes firmes, deixando assim intacta a antiga idéia de que a *plantation* definiu e moldou completamente a vida social e econômica nos principais centros regionais da agricultura de exportação. De maneira semelhante, esses estudos geralmente deixam de investigar com profundidade questões ligadas à possível diversidade na agricultura escravista de exportação e à evolução das relações entre a agricultura de exportação, o desenvolvimento da economia interna e a escravidão no Brasil colonial e do século XIX.

Este livro também procura enxergar além dos limites da *plantation* para investigar a utilização do trabalho escravo no meio rural brasileiro entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Mas, em contraste com grande parte da historiografia recente, não se esquivava de examinar as relações entre a agricultura de exportação, a escravidão e a economia interna. Nem evita abordar a própria *plantation*, pois o foco deste estudo é a história agrária do Recôncavo baiano. Um berço da agricultura de *plantation* no Novo Mundo, o Recôncavo fazia parte do Nordeste de Gilberto Freyre.<sup>5</sup> A região produziu, entre 1780 e 1860, grandes quantidades de açúcar e fumo para o mercado mundial. De fato, no começo do século XIX, a Bahia exportou mais açúcar do que qualquer outra capitania brasileira; e da Bahia também veio quase todo o fumo brasileiro vendido na Europa.

Este estudo, portanto, enfrenta a "visão plantacionista" em seu próprio terreno. Integrando uma pesquisa sobre a economia interna com uma investigação mais ampla sobre a agricultura escravista, demonstra que, mesmo quando aplicada a uma região arquetípica de *plantation*, a "visão plantacionista" se revela inadequada. A história agrária do Recôncavo na primeira metade do século XIX não é a da difusão desenfreada da monocultura em larga escala. É, isto sim, a história de como a *plantation* e outras formas de agricultura escravista, juntamente com um vigoroso mercado local, permitiram o crescimento e a expansão da economia de exportação

baiana. É também a história de como os agricultores escravistas, adaptando-se às condições locais, às exigências de lavouras específicas e aos mercados externos e locais, criaram e recriaram no Recôncavo rural uma paisagem social e econômica complexa e variada.

Ao tentar desvendar a diversidade que caracterizou a agricultura escravista no Recôncavo rural e ao mapear a história agrária da região, este estudo segue duas estratégias principais. Primeiro, procura examinar a relação entre a agricultura voltada para o abastecimento local e a economia de exportação dominante, dando atenção especial à farinha de mandioca, componente fundamental do regime alimentar baiano na época. Isso significa mais do que simplesmente contestar, no caso da Bahia, proposições mais antigas, e agora bastante desacreditadas, segundo as quais as cidades, por serem pequenas e poucas, eram incapazes de estimular uma demanda substancial de mercadorias produzidas localmente no Brasil colonial e oitocentista. Significa também reexaminar generalizações mais amplas que parte da historiografia recente continua a sustentar e que, na verdade, muitas vezes não passam de simples conjecturas. Entre elas está a idéia de que não existia praticamente nenhum mercado rural no Brasil, porque os grandes proprietários produziam em suas terras a maior parte dos alimentos de que necessitavam para si mesmos, suas famílias e seus escravos. Outra é que o uso generalizado da mão-de-obra escrava impediu ou limitou fortemente o desenvolvimento de um mercado interno ao manter um grande segmento da população num nível de mera subsistência e ao lhe negar acesso a uma renda monetária.<sup>6</sup>

A idéia de que os mercados para mantimentos básicos eram frágeis e reduzidos, por sua vez, levou com demasiada frequência à suposição de que a produção voltada para as necessidades locais era organizada de uma maneira extremamente precária. De fato, a historiografia raras vezes contestou a afirmação, feita pela primeira vez por Caio Prado Júnior em 1942, de que a tarefa de abastecer o mercado interno do Brasil recaía sobre "um elemento humano residual" da sociedade colonial: lavradores "decaídos" e "degenerados" que raramente utilizavam a mão-de-obra escrava e que praticavam "uma mesquinha agricultura de subsistência".<sup>7</sup>

Em vez de aceitar essas generalizações e presumir que não se desenvolveria nenhuma economia interna significativa na Bahia, este estudo in-

vestiga e analisa como a escravidão e a agricultura de exportação moldaram a produção e o comércio de gêneros de primeira necessidade no Recôncavo.

As evidências apresentadas aqui deixam claro que o uso generalizado do trabalho escravo não impediu que surgisse no Recôncavo um mercado urbano e rural bem desenvolvido para viveres básicos. Pelo contrário, a expansão da economia de exportação promoveu, e até exigiu, o crescimento de um mercado interno. As centenas de pequenos lavradores que abasteciam esse mercado utilizavam regularmente a mão-de-obra escrava para produzir excedentes substanciais de farinha de mandioca. Fora dos circuitos mais conhecidos do comércio internacional, esses lavradores desempenhavam um papel decisivo ao assegurar a reprodução diária de uma agricultura de exportação altamente especializada nos engenhos e fazendas de cana do Recôncavo.<sup>8</sup> Estando já ligados a uma economia monetária e tendo acesso à mão-de-obra escrava, os pequenos lavradores do Recôncavo valeram-se das oportunidades geradas pelo crescimento da economia de exportação baiana entre 1780 e 1860. Mas, em vez de abandonarem a agricultura de abastecimento e de se transformarem em donos de *plantations*, diversificaram suas atividades agrícolas, conseguindo com isso aumentar a produção tanto de gêneros de exportação quanto de farinha para o mercado local. O aumento da oferta de farinha, por sua vez, possibilitou uma expansão maior e mais rápida da produção de açúcar nos engenhos da região na primeira metade do oitocentos.

Não se pode, portanto, classificar a agricultura e o comércio de abastecimento como atividades meramente subsidiárias, simples acessórios da economia de exportação, ou mesmo, na linguagem cepalina, como "efeitos para trás" (*backward linkages*).<sup>9</sup> Eram atividades indispensáveis ao crescimento e à expansão de uma economia regional mais ampla, dominada pela agricultura escravista de exportação. No entanto, as relações de mútua dependência que vinculavam a produção para a exportação e o mercado interno impunham também limites ao maior desenvolvimento desse mercado. Restrito em sua maior parte aos gêneros de primeira necessidade, o mercado interno da Bahia experimentou um crescimento extensivo entre o final do século XVIII e meados do século XIX; mas esse crescimento não ocasionou nenhuma transformação dinâmica da economia regional como um todo.

A segunda estratégia principal que este estudo adota é comparar a posse da terra, o uso da mão-de-obra escrava e as práticas agrícolas na produção das três lavouras mais importantes do Recôncavo: a cana-de-açúcar, o fumo e a mandioca. A comparação revela uma economia agrária em que, empregando a mão-de-obra escrava, grandes proprietários e pequenos lavradores adaptavam o uso da terra e as práticas agrícolas não só às exigências de lavouras específicas e às pressões de uma economia mundial emergente, mas também às condições locais e à expansão do mercado interno. As adaptações que fizeram não criaram um padrão único e uniforme de monocultura extensiva de exportação baseada em grandes propriedades. Pelo contrário, essas adaptações permitiram na primeira metade do século XIX aumentos na produção tanto para a exportação como para o abastecimento de mercados locais. Também possibilitaram a sobrevivência, no Recôncavo rural, de uma complexa variedade de estruturas sociais e econômicas.

Essa variedade revela-se de modo mais impressionante nos acentuados contrastes que se detectam entre a produção de açúcar e a de fumo na Bahia. Embora o açúcar e o fumo fossem ambos produtos de exportação vendidos no mercado mundial, as fazendas e sítios de fumo do Recôncavo não eram simplesmente versões menores das *plantations* açucareiras da região. Na estrutura fundiária, no uso da terra, no recrutamento da mão-de-obra, no abastecimento e nas técnicas agrícolas, o açúcar e o fumo exibiam diferenças significativas e fundamentais. Assim, a lavoura fumageira não representava um mero exemplo a mais da monocultura de exportação; nem tampouco constituía uma atividade estritamente camponesa. O que a produção de tabaco no Recôncavo demonstra é que *no âmbito da agricultura escravista de exportação havia alternativas viáveis à *plantation**.<sup>9</sup>

Os argumentos apresentados aqui são, de certo modo, paralelos às conclusões a que chegou Fernando Ortiz em *Contrapunteo cubano*, um estudo clássico da agricultura de exportação cubana, publicado originalmente em 1940. "*La caña de azúcar y el tabaco*", escreveu Ortiz, "*son todo contraste*". Sua obra efetivamente usa esse contraste para tecer um "contraponto" entre o açúcar e o tabaco em Cuba.<sup>10</sup> Do mesmo modo, este livro também destaca as diferenças entre o açúcar e o fumo no caso

da Bahia. Mas vai além; compara esses dois produtos agrícolas de exportação com a mandioca e examina a densa rede de relações que, na Bahia, ligavam as vidas cotidianas de senhores de engenhos, consumidores urbanos, roceiros, escravos rurais e lavradores de fumo a mercados externos e *também* locais.

Assim, ao investigar o Recôncavo rural tanto fora como dentro dos limites da *plantation*, este estudo tenta criar um vínculo necessário entre duas vertentes de pesquisa: o crescente número de estudos sobre a economia interna do Brasil colonial e oitocentista e a literatura mais antiga e estabelecida sobre a escravidão e a agricultura de exportação. Na tentativa de forjar esse vínculo, este livro adere aos esforços que vêm sendo feitos para substituir a “visão plantacionista” por um paradigma, ou modelo explicativo, que seja mais adequado à interpretação da formação histórica do Brasil, especialmente sua história agrária, e que permita compreender melhor como, ao longo de mais de três séculos, a escravidão e a agricultura de exportação moldaram a vida social e econômica do Brasil.

Em termos mais abrangentes, este livro usa um estudo da produção de açúcar, fumo e farinha de mandioca no Recôncavo para melhor elucidar questões mais amplas da história comparativa da escravidão e da agricultura de exportação nas Américas. Durante vários séculos, a produção de gêneros de exportação baseada na mão-de-obra escrava caracterizou vastas áreas das Américas, de Maryland ao litoral da Venezuela, da Jamaica ao Sudeste do Brasil. No entanto, apesar de muitos traços comuns, as sociedades e economias que surgiram nessas áreas diferiam significativamente umas das outras, não apenas em momentos determinados, mas também na sua evolução e desenvolvimento ao longo do tempo. Para compreender e explicar essas diferenças, não basta invocar as demandas supostamente todo-poderosas da economia mundial ou recorrer a definições abstratas da *plantation*. A busca de uma explicação completa deve incluir, no mínimo, um exame atento das estratégias que, em cada área, asseguravam a reprodução da agricultura escravista: a reprodução diária da força de trabalho cativa, seja por meio de mercados locais e mesmo internacionais para gêneros de primeira necessidade, seja por meio de várias formas de produção interna que se davam à margem das trocas de mercado; a reprodução anual das *plantations*, fazendas e outras propriedades esca-

vistas como empresas, o que significa atribuir maior importância às rotinas anuais de trabalho e aos padrões de uso da terra; e a reprodução a longo prazo da população escrava, cujo trabalho fornecia os produtos que promoviam o crescimento de uma economia mundial emergente.<sup>11</sup> A maneira específica como, em vários contextos políticos, essas estratégias se entrecruzaram com as condições locais, com as exigências de produtos agrícolas particulares e com as demandas mais amplas da economia mundial muito pode contribuir para explicar as diferenças entre as regiões escravistas das Américas e dentro de cada uma delas.

Sob este aspecto, um estudo sobre a história agrária do Recôncavo no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX representa um ponto de partida ideal. O Recôncavo, no fim do século XVIII, não era apenas uma das áreas mais antigas e bem estabelecidas de agricultura escravista do Novo Mundo; dentro de seus limites bastante restritos, existia um grau notável de diversidade física, social e econômica — como que combinando a Jamaica e São Domingos com a Tidewater da Virgínia e Maryland\* numa única economia regional baseada na mão-de-obra escrava.

#### FONTES

Para investigar a economia agrária do Recôncavo da primeira metade do século XIX, este estudo recorre a uma grande variedade de fontes manuscritas. Entre elas estão os registros de propriedades rurais feitos em obediência à Lei de Terras de 1850, conhecidos na Bahia como “registros eclesiásticos de terras”; assentamentos cartoriais, como escrituras e contratos de arrendamento; a correspondência entre autoridades locais e o governo colonial, e mais tarde provincial, na capital baiana; e a documentação do Celeiro Público de Salvador.

Muitas das conclusões apresentadas aqui se baseiam num levantamento de mais de quinhentos inventários *post-mortem* de senhores de engenho

\*A Tidewater, a planície litorânea ao leste da baía de Chesapeake, foi no período colonial o principal centro da produção de fumo na América inglesa.

e de lavradores de cana-de-açúcar, de fumo e de mandioca. Os inventários são, por natureza, uma fonte tendenciosa. Embora a legislação portuguesa, conhecida como as Ordenações Filipinas e válida no Brasil (com algumas modificações) até 1917, exigisse normalmente a feitura de um inventário após toda morte, a documentação que resta deixa claro que a grande maioria da população livre não recebia essa atenção. Só quando o espólio incluía bens de raiz ou escravos, os herdeiros se dispunham a fazer gastos com o inventário. São extremamente raros os inventários dos séculos XVIII e XIX que não arrolam escravos ou terras. Assim, como fonte, os inventários *post-mortem* lançam luz sobre o segmento da população rural que possuía terras ou escravos.<sup>12</sup>

Mas, apesar de sua tendenciosidade inerente, os inventários constituem uma fonte valiosíssima de informação sobre as práticas agrícolas, o tamanho e o valor dos estabelecimentos rurais, a escravidão e as condições de trabalho e de vida no campo. Ocasionalmente, esse tipo de documentação contém contas correntes de despesas e receitas. Quando questões jurídicas ou outras complicações retardavam a partilha dos bens entre os herdeiros, o inventariante continuava responsável pela manutenção do espólio. Antes de se proceder à partilha final, ele apresentava contas mais ou menos detalhadas para justificar os gastos que fizera. No Brasil, onde raramente foram conservados os livros de despesas e receitas das fazendas e dos engenhos, as contas anexadas aos inventários estão entre as pouquíssimas fontes de informações diretas sobre as operações cotidianas desenvolvidas nas propriedades rurais.

Este estudo também faz amplo uso de censos manuscritos (listas nominativas) que datam das últimas décadas do século XVIII e dos anos 1825-26 e 1835. Juntos, os censos e os inventários fornecem informações sobre mais de vinte mil escravos que trabalharam nos engenhos, fazendas e sítios do Recôncavo no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Essas informações permitem investigar detalhadamente a estrutura da posse de escravos e o recrutamento de mão-de-obra cativa no Recôncavo rural.

O livro que se segue está dividido em seis capítulos e mais um capítulo final dedicado às conclusões gerais. O Capítulo 1, que se baseia, em gran-

de parte, em séries estatísticas do comércio de exportação, compiladas a partir de diversas fontes, examina a evolução da economia exportadora provincial entre 1780 e 1860.<sup>13</sup> Foi necessário compilar essas séries porque, até hoje, faltam na historiografia estudos detalhados sobre as principais tendências na economia de exportação baiana na primeira metade do oitocentos.<sup>14</sup> A análise dessas tendências fornece um ponto de partida para discutir as mudanças ocorridas na agricultura de exportação e as relações entre a economia exportadora dominante e a produção voltada para abastecer o mercado interno na Bahia. A análise também demonstra que, em geral, a economia de exportação baiana teve um crescimento real no período de 1780 a 1860 (aumentos no volume das exportações e nas receitas em termos reais). Esse crescimento contrasta com o declínio sofrido tanto nas décadas anteriores a 1780 quanto nas posteriores a 1860. Portanto, os oitenta anos que se estendem das últimas décadas do século XVIII a meados do século XIX constituem um período bem definido na história econômica da Bahia. Esses oitenta anos também representam o último período em que a agricultura escravista de exportação realmente floresceu no Recôncavo antes de entrar em decadência a partir de meados do século XIX. Muitas características e estruturas que vinham se desenvolvendo desde os inícios da colonização atingiram seu ponto máximo de amadurecimento entre 1780 e 1860. Assim, investigar o Recôncavo rural nesse período é examinar uma economia escravista madura.

O Capítulo 2 começa estabelecendo que a farinha de mandioca era o principal alimento na dieta dos baianos, tanto nas cidades como no meio rural. Além disso, procura avaliar o tamanho do mercado local para a farinha de mandioca. As crises no preço e no abastecimento de farinha nesse mercado são discutidas no Capítulo 3, que também apresenta dados para demonstrar que entre 1780 e 1860 a produção de mandioca no Recôncavo cresceu, apesar da disseminação da agricultura de exportação. O preço real da farinha de mandioca no mercado de Salvador durante esses mesmos anos não apresentou nenhuma tendência de alta persistente e duradoura. Nos Capítulos 4 a 6, o foco desloca-se dos mercados, externos ou locais, para o Recôncavo rural. Esses capítulos investigam a diversidade *interna* da agricultura escravista mediante a análise da posse da terra, da estrutura da propriedade escrava, dos padrões de recrutamento de mão-



nhores como braços na lavoura, artesãos, cozinheiras, carregadores, vendedores ambulantes, barqueiros, criadas, pescadores, feitores e marinhos.

As feições dessa sociedade começaram a se delinear em meados do século XVI. Em 1549, Tomé de Sousa fundou, sobre o alto penhasco que domina a entrada da baía, um povoado que nasceu já com os foros de uma cidade e com o nome de Salvador. Desde o início, também foi sede do primeiro governo-geral e, portanto, principal centro administrativo da América portuguesa. Aventurando-se interior adentro, os primeiros colonos obrigaram os índios a limpar terrenos em meio à floresta tropical e a plantar cana-de-açúcar. Construíram engenhos para transformar a cana em açúcar, para vender nos distantes mercados europeus. Depois que, em poucas décadas, as doenças, o trabalho forçado e as guerras reduziram enormemente a população indígena, os colonos passaram a substituir os índios por escravos importados da África. Pouco a pouco, a combinação do comércio de exportação com as atividades administrativas transformou o povoado primitivo de Tomé de Sousa numa florescente cidade que, no início do século XVIII, já contava cerca de vinte mil habitantes. Embora a capital vice-real tenha sido transferida para o Rio de Janeiro em 1763, Salvador conservou sua posição de centro administrativo da vasta capitania da Bahia que, até 1820, incluiu o atual estado de Sergipe. Após a Independência, a cidade continuaria a servir como capital da Bahia, agora uma província, no recém-constituído Império do Brasil.

No coração dessa província situava-se o Recôncavo, o *hinterland* imediato de Salvador. Pequeno em relação aos mais de 561 mil quilômetros quadrados que formavam a Bahia, o Recôncavo manteve-se, durante todo o século XIX, como a região mais densamente povoada da província e a mais importante do ponto de vista econômico. Contudo, sempre foi difícil identificar com precisão seus limites. Os geógrafos e outros cientistas sociais, usando critérios diferentes, já propuseram definições diversas da região.<sup>16</sup> Num ponto, porém, quase todas as definições concordam: o acesso fácil à baía de Todos os Santos e, por conseguinte, o contato próximo e constante com a cidade de Salvador sempre moldaram a vida no Recôncavo. Essas definições também coincidem ao distinguir o Recôncavo das demais regiões da Bahia: por exemplo, do interior, com seus sertões

semi-áridos, e do litoral sul, que corresponde às antigas comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, onde, em contraste, a forte incidência de chuvas durante o ano inteiro permitiu o crescimento de florestas tropicais especialmente densas.<sup>17</sup>

Para Luís dos Santos Vilhena, o cronista que, nos últimos anos do século XVIII, escreveu uma das mais completas descrições da vida na Bahia colonial, o Recôncavo abrangia a cidade de Salvador, com suas freguesias suburbanas, e as cinco vilas (municípios) que cercavam a baía de Todos os Santos: São Francisco do Conde e Santo Amaro da Purificação na margem norte, Cachoeira no oeste, e Maragogipe e Jaguaripe no sul. Em meados do século XIX, essas vilas eram nove. Os distritos localizados ao norte de Salvador, que Vilhena classificara entre as freguesias suburbanas da cidade, haviam passado a formar os municípios de Mata de São João e Abrantes. A assembleia provincial transformou a ilha de Itaparica em município, e das freguesias interioranas de Jaguaripe, fez o município de Nazaré. O Recôncavo de Vilhena fica compreendido nos limites que Manoel Aires de Casal e Ferdinand Denis traçaram para a região na primeira metade do século XIX. Segundo ambos os autores, o Recôncavo estendia-se de 6 a 10 léguas (cerca de 36 a 60 quilômetros) em todas as direções a partir das margens da baía.<sup>18</sup> Esses limites aproximam-se notavelmente da definição do Recôncavo usada hoje pelo governo estadual da Bahia: uma região de cerca de 10.400 quilômetros quadrados em torno da baía de Todos os Santos. Esta é a definição que, em geral, este estudo adota.<sup>19</sup> (Ver Mapa 2.)<sup>20</sup>

No final do século XVIII, essa região abrigava três zonas agrícolas distintas. Muito cedo, os colonizadores portugueses estabelecidos na Bahia haviam descoberto que os solos pesados do norte do Recôncavo, os massapés, eram ideais para o cultivo da cana-de-açúcar. Haviam aprendido também que a cana crescería quase tão bem — e, na realidade, melhor, em anos chuvosos — nos salões, terras mais leves. A distribuição de massapés e salões teve, de fato, grande influência na geografia da indústria açucareira no Recôncavo. Onde quer que encontrassem terras com esses solos argilosos em distritos próximos às margens da baía, os colonizadores e seus descendentes plantaram cana e construíram engenhos. A lavoura canavieira veio assim a dominar a paisagem num largo arco que,



possuísse escravos, o tamanho dos seus plantéis variava enormemente, de um ou dois a até trinta ou mais cativos. Alguns também possuíam terras próprias. Mas, por não ser dono de um engenho, todo lavrador de cana — mesmo aquele que tinha uma fazenda própria — participava da indústria açucareira num regime de parceria. Entregava sua cana a um senhor de engenho para que este a moesse e transformasse em açúcar. Em troca, o senhor de engenho geralmente retinha metade do açúcar produzido pela cana do lavrador; a outra metade cabia a este. E quando os lavradores de cana ocupavam terras arrendadas a um engenho, o proprietário do engenho também lhes cobrava outra parcela do açúcar a título de arrendamento.

Ao oeste da zona açucareira ficava a grande vila de Cachoeira, onde, em quase todas as freguesias, predominavam terras de solos mais arenosos e leves. Nessas terras, milhares de lavradores dedicavam-se ao cultivo de fumo a ser exportado para a Europa e a África ocidental. Os lavradores baianos especializavam-se na produção de fumo de corda, também conhecido como fumo de rolo; ou seja, fumo compactamente trançado em cordas e depois enrolado em fardos grandes que podiam pesar até 25 arrobas (367,5 quilogramas). A maior parte desse fumo vinha dos chamados “campos da Cachoeira”, uma área com poucas matas, que se estendia em direção ao norte e ao oeste a partir do rio Paraguaçu, atravessando a freguesia São Gonçalo dos Campos e avançando para o interior. Cultivava-se o tabaco também nas fazendas e sítios\* das freguesias menos densamente povoadas ao sul do Paraguaçu, onde os lavradores produziam grande parte do fumo em folha que o monopólio régio português remetia da Bahia para Goa, na Índia.<sup>23</sup>

Solos leves e arenosos também predominavam nas vilas de Maragogipe e Jaguaripe, ao sul da baía, onde a mandioca era a principal lavoura. Os roceiros de Maragogipe e Jaguaripe colhiam as raízes da mandioca, que contém quantidades leais de ácido cianídrico. Depois, ralavam, prensavam e torravam essas raízes para retirar o ácido venenoso e transformá-

\*Convém avisar que a documentação sobre o Recôncavo nos séculos XVIII e XIX não estabelece nenhuma distinção clara entre “fazenda” e “sítio”. Ao contrário, às vezes, uma propriedade chega a ser designada como “sítio” e como “fazenda” na mesma fonte. Também convém observar que as expressões “fazendeiro” e “sitiente” são extremamente raras nas fontes.

las em farinha.\* Ainda que contenha poucas vitaminas e uma quantidade insignificante de proteína, a farinha de mandioca é um alimento substancial, que satisfaz; com alto teor de amido, é uma rica fonte de calorias. Os nomes das freguesias de Nossa Senhora de Nazaré das Farinhas e de São Felipe das Rogas atestam a importância da mandioca e da farinha nesse lado da baía. Os pequenos lavradores do sul do Recôncavo produziam farinha para consumo doméstico e para vender nas feiras semanais nos portos de Nazaré e Maragogipe. Ali, comerciantes e revendedores compravam as provisões que enviavam de barco pela baía para Salvador.<sup>24</sup>

Esse triplice padrão de especialização confirma apenas em parte a idéia comum de que, no Brasil colonial, a agricultura de *plantation* monopolizava as melhores terras, relegando a produção de víveres e outras lavouras a áreas de solos mais pobres.<sup>25</sup> Não há dúvida de que os senhores de engenho tentaram controlar os férteis massapés do norte do Recôncavo. Mas os massapés só eram as “melhores terras” para a cana-de-açúcar. Nem o fumo nem a mandioca cresciam bem nesses solos argilosos e pesados — que durante os meses chuvosos do inverno se transformavam num lamaçal quase intransitável e no verão formavam uma crosta dura como pedra. Ambos desenvolviam-se muito melhor em solos mais leves e mais arenosos.<sup>26</sup>

Além disso, a especialização em termos geográficos estava longe de ser absoluta. A produção de açúcar, por exemplo, mal começara a se espalhar pelos distritos litorâneos ao norte de Salvador que mais tarde se tornariam os municípios de Mata de São João e Abranantes. Ali, em “aldeias” (povoados sob supervisão oficial), remanescentes da população indígena original cultivavam mandioca e uma pequena quantidade de algodão. As fazendas e os sítios que pertenciam aos demais moradores desses distritos produziam farinha, algodão e fumo; em algumas propriedades criava-se gado. O fumo e a mandioca também eram cultivados em Santana do Catu, São Pedro do Rio Fundo e Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos.

\*Nos séculos XVIII e XIX, quando precisavam se referir à farinha de trigo, os baianos diziam, como freqüentemente dizem até hoje, farinha-do-reino. A palavra “farinha”, sem qualificativo, era entendida como designação da farinha de mandioca. Da mesma maneira e também refletindo a herança colonial, ainda é comum na Bahia chamar de batata-do-reino o que em muitas partes do Brasil é conhecido como batata-inglesa.

Embora pertencessem às vilas canavieiras de São Francisco do Conde e Santo Amaro, essas freguesias localizavam-se todas a distâncias consideráveis da margem norte da baía.<sup>27</sup>

Até nas freguesias mais próximas da baía, onde a produção de açúcar estava bem estabelecida, agregados, pequenos arrendatários e outros lavradores pobres conseguiam cultivar mandioca em trechos de terra entre os engenhos e os canaviais. A mandioca, ao que tudo indica, era a principal lavoura da íngreme freguesia de São Domingos da Saubara. Apesar de pertencer à vila de Santo Amaro e de se situar à margem da baía, Saubara nunca se tornou um centro importante de produção de açúcar; seus solos eram muito arenosos. A maioria de seus habitantes vivia do corte da lenha, da pesca, da criação de gado e do fabrico de cal.<sup>28</sup>

De modo semelhante, os canaviais haviam começado a se expandir pelos distritos dedicados ao cultivo do fumo e da mandioca no oeste e no sul do Recôncavo. Mais de uma dúzia de engenhos haviam sido erguidos em pontos dispersos desses distritos. Ainda mais numerosas, sem dúvida, eram as engenhocas — os pequenos engenhos que fabricavam rapaduras para consumo local e destilavam cachaça. Em Cachoeira, os lavradores cultivavam não só o fumo como também gêneros alimentícios. Além disso, no final do século XVIII, o fumo já começara a se firmar em Maragogipe. Ali e na vila vizinha de Jaguaripe, olarias alinhavam-se às margens dos rios, produzindo telhas e louça de barro que chegavam a ser vendidas em mercados tão distantes quanto o do Rio de Janeiro. Jaguaripe possuía também uma indústria madeireira que fornecia pranchas para os estrados de Salvador.<sup>29</sup>

Contudo, mesmo levando-se em conta essas variadas atividades, fica claro que, de fato, prevalecia um certo grau de especialização geográfica no Recôncavo. O açúcar provinha sobretudo de São Francisco do Conde, Santo Amaro e da freguesia de Santiago do Iguape; o fumo, de Cachoeira; e a farinha, das vilas do sul.

No final do século XVIII, o Recôncavo — com uma economia baseada na produção de gêneros tanto de exportação quanto de subsistência, com seus engenhos, fazendas, roças e sítios e com suas numerosas vilas, povoados e arraiais — projetava-se como uma das regiões mais densamente povoadas de todo o Brasil. Não é fácil, no entanto, determinar o tamanho

da população que vivia em Salvador e seus arredores. Embora o governo colonial e a Igreja tenham tentado ocasionalmente recensear a população da Bahia, viram muitas vezes seus esforços frustrados pela indiferença de autoridades locais. Como Vilhena notou, também precisavam vencer a idéia generalizada de que os censos só serviam para estabelecer novos impostos e para o recrutamento militar. As décadas que se seguiram à Independência mudaram pouco esse quadro. James Wetherell, vice-cônsul britânico em Salvador, observou na década de 1850 o mesmo medo dos censos que chamara a atenção de Vilhena meio século antes. "As pessoas", escreveu ele, "parecem em geral ter uma aversão firmemente arraigada à serem contadas". As autoridades fracasavam continuamente em suas tentativas de realizar um censo completo e preciso de toda a província.<sup>30</sup>

No final das contas, porém, não nos resta senão confiar nos dados censitários que chegaram até nós. Embora raras vezes sejam completamente fidedignos, somente eles fornecem informações utilizáveis sobre o tamanho da população da Bahia. Os censos indicam que, por volta de 1780, a capitania da Bahia tinha quase 220 mil habitantes. Destes, mais de dois terços, ou aproximadamente 150 mil, moravam em Salvador e em seu *hinterland* imediato.<sup>31</sup> Ao longo das nove décadas seguintes, essa população iria triplicar, para chegar a um total de 451.678 em 1872, ano em que foi realizado o primeiro censo nacional no Brasil.<sup>32</sup>

Nos séculos XVIII e XIX, somente uma minoria — talvez menos de um quinto — dos habitantes do Recôncavo era branca.<sup>33</sup> Os índios também eram escassos. A grande maioria da população era formada por africanos, pretos nascidos no Brasil e "pardos", "mulatos" e "cabras".\* Essa população negra e afro-mestiça incluía escravos alforriados, os descendentes ingênuos (i.e., nascidos livres) de escravos libertos e grande número de homens e mulheres cativos. Os escravos que viviam na região em 1816-17 somavam talvez 89 mil.<sup>34</sup> Mesmo no início da década de 1870, nada menos que vinte anos após o fim do tráfico negroiro, o número de escravos em Salvador e nos municípios em torno da baía de Todos os Santos continuava provavelmente superior a 70 mil.<sup>35</sup>

\* Na documentação, "pardo" é o termo mais usado para designar qualquer pessoa afro-mestiça. "Cabra", pelo menos em princípio, referia-se a um indivíduo com um dos pais preto e o outro pardo, ou ao filho de dois cabras.

Quando, no século XVI, escravos africanos começaram a trabalhar nos engenhos, fazendas e sítios do Recôncavo, a Bahia era pouco mais que um posto avançado recém-estabelecido nos confins de uma economia mundial em expansão. Durante os trezentos anos que se seguiriam, o comércio de açúcar e fumo continuaria a ligá-la à economia mundial. O trabalho envolvido na produção desses gêneros, aos quais mais tarde se somaram o café e o algodão, iria, por sua vez, consumir a vida de milhares de escravos. O comércio de exportação é, portanto, um ponto de partida adequado para um estudo da escravidão e da agricultura nos municípios que circundam a baía de Todos os Santos.